

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, EXPERIÊNCIAS DE CLASSE E CRISE DOS TRABALHADORES: O CASO DA EMPRESA METALÚRGICA TRANSNACIONAL THYSSENKRUPP EM MINAS GERAIS

KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO ¹

TULIO BARBOSA ²

RESUMO

O presente trabalho objetiva desenvolver reflexões teóricas que contribuam para o entendimento da relação do cotidiano dos trabalhadores com as transformações da globalização; assim, é fundamental compreender a reestruturação produtiva e as experiências de classe e ainda, a crise que envolve os mesmos. Diante disso pretende-se compreender os elementos geográficos que compõe as mudanças ocorridas nas últimas décadas no setor produtivo metalúrgico, tendo como estudo de caso a empresa transnacional ThyssenKrupp no Estado de Minas Gerais.

PALAVRAS – CHAVE: ThyssenKrupp; Trabalhadores; Reestruturação Produtiva; Experiências de Classe.

RESUMEN

En este artículo se pretende abordar algunas reflexiones obtenidas en la encuesta, sobre los problemas que enfrentan los trabajadores, tales como el proceso de reestructuración, las experiencias de clase y aún así, la crisis que los rodea. Teniendo en cuenta este objetivo es entender los elementos que hacen que los cambios geográficos se han producido en las últimas décadas en el sector de la producción de metales, tomando como caso de estudio multinacional ThyssenKrupp en el Estado de Minas Gerais.

PALABRAS - CLAVE: ThyssenKrupp, Trabajadores, La Reconversión Productiva; Experiencias de Clase.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia – IG/UFU, Bloco 1H, Av. João Naves de Ávila, 2121, Santa Mônica, Uberlândia / CEP: 38400-902 – kaat_araujo@hotmail.com

² Prof. Dr. do Instituto de Geografia – IG/UFU, Bloco 1H, Av. João Naves de Ávila, 2121, Santa Mônica, Uberlândia / CEP: 38400-902 – prof.tulio@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do projeto “Reestruturação Produtiva, Experiências de Classe e Crise dos Trabalhadores. O caso da Empresa Metalúrgica Transnacional ThyssenKrupp no Estado de Minas Gerais”, situado em uma pesquisa mais ampla denominada “Nada Enraiza Num Lugar Só”, Memórias E Globalização: Um Estudo Sobre Os Trabalhadores Da Thyssenkrupp.

Assim, o presente artigo pretende vislumbrar os elementos geográficos que compõe as mudanças ocorridas nas últimas décadas no setor produtivo metalúrgico, tendo como estudo de caso a empresa transnacional ThyssenKrupp no Estado de Minas Gerais. Neste sentido, elencamos as mudanças econômicas, políticas econômicas, a nova divisão internacional do trabalho e a reestruturação produtiva os quais resultaram em novos pátios industriais, em novas unidades produtivas com maior capacidade de montagens do que, efetivamente, de produção. Esse cenário foi configurado a partir das mudanças políticas econômicas pós-muro de Berlim, com a prevalência da filosofia e práticas políticas e econômicas do neoliberalismo.

As mudanças que ocorreram nas últimas décadas favoreceram, substancialmente, as fusões de empresas, a formação de novos cartéis, a concentração da produção, o monopólio de vários setores produtivos e econômicos. Não foi diferente com a empresa transnacional ThyssenKrupp, especificamente quanto as suas produções no setor industrial metalúrgico, uma vez que essa empresa comprou e realizou fusões de empresas metalúrgicas; conseqüentemente, a ThyssenKrupp tornou-se uma das maiores empresas do mundo.

A reestruturação produtiva do setor metalúrgico é conseqüência direta de transformações no ciclo de expansão do capital atrelado ao desenvolvimento tecnológico, ao aumento progressivo do comércio tecnológico, a predominância do capital financeiro e a desregulação das economias nacionais em conformidade com as exigências das políticas econômicas neoliberais (CHESNAIS, 1996 e 2009).

Esse cenário foi configurado para impedir a queda da taxa de lucro, todavia esse mesmo cenário fez com que as taxas de lucros fossem subtraídas culminando na crise do sistema mundial de acumulação capitalista nos anos 2008-2009, desta maneira, houve necessidade de intervenção dos governos nacionais objetivando a elevação da produção, do consumo e das taxas de lucros por meio de isenções e estímulos fiscais, empréstimos bilionários para bancos, diminuição da taxa básica de juros, renegociação de dívidas

disponibilizando maior tempo para quitação e aumento de créditos para os consumidores finais (COSTA, 2009).

TRABALHADORES E GLOBALIZAÇÃO

A expansão das empresas via capital financeiro possibilitaram, por muitos anos, a captação de capitais e o fortalecimento das mesmas. O setor metalúrgico nas últimas décadas muito se fortaleceu, já que a expansão dos pátios industriais e a fragmentação das linhas de montagens em diferentes regiões promoveram o amplo desenvolvimento deste setor, também é fundamental enumerar o aumento da produção e do consumo de tecnologias. Todavia, esse cenário positivo foi interrompido com a última crise econômica, as empresas metalúrgicas diminuíram sua produção e muitos trabalhadores foram demitidos ou acordaram subtração de salários.

As empresas, de modo geral, conseguem por meio do poder econômico reconfigurarem o espaço via reestruturação produtiva; assim, encerrar atividades fabris e iniciá-las depende das condições favoráveis e reais as quais satisfaçam as necessidades das mesmas (PEREIRA, 2006).

Antes da crise, no ano de 2004, a ThyssenKrupp encerrou suas atividades na cidade italiana de Terni, demitindo quatrocentos funcionários, isso demonstra que as empresas articulam compromissos regionais conforme os interesses das mesmas e desta forma consigam obter lucros. Apesar dos inúmeros protestos e de paralisação geral de Terni, a ThyssenKrupp não retomou suas atividades (PORTELLI, 2009).

As reconfigurações espaciais realizadas através dos grandes conglomerados industriais tornam reféns os territórios nacionais e subordina a sua lógica exploratória não apenas diversas regiões que lhes convém, mas, sobretudo os trabalhadores que são vítimas desta lógica concentradora e não tem nada mais além de sua mão-de-obra para ser vendida. Conforme Pinassi (2009) o sistema capitalista destina a classe trabalhadora a ser subordinada na hierarquia do capital, com isso os trabalhadores perdem sua capacidade de serem sujeitos históricos uma vez que os mesmos, para o sistema capitalista, não passam de mão-de-obra reificada e alienada. A estrutura e superestrutura capitalista desde o século XIX redimensionaram as relações sociais e promoveram o constante estranhamento dos sujeitos a partir da alienação e da reificação dos trabalhadores; assim, o desenvolvimento capitalista confirma as palavras de Marx (2006) o qual afirma que a classe trabalhadora nunca ganha com o sistema capitalista.

O desenvolvimento tecnológico em consórcio com o aperfeiçoamento industrial promoveu, definitivamente, a transformação do modo de produção capitalista, resultando em indústrias robotizadas, informatizadas e interdependentes, logo o espaço foi redimensionado via reconfigurações territoriais à medida que os modos de acumulação capitalista interferiram (e interferem) diretamente na produção e no consumo.

As empresas que conseguiram manter e aumentar as taxas de lucros nas últimas três décadas foram aquelas que flexibilizaram sua produção e, mais ainda, precarizaram a remuneração dos trabalhadores, uma vez que os mesmos enfrentam constantes crises e permanecem cada vez mais reféns do discurso globalizante do mercado e sua influência nas econômicas nacionais, portanto, resta ao trabalhador o medo de perder seu posto de trabalho.

As mudanças econômicas, políticas e tecnológicas que ocorreram nas últimas décadas resultaram em alterações significativas no modo de produção e de organização do capitalismo. As políticas econômicas neoliberais influenciaram diretamente as organizações internas dos países do Ocidente, somado a isso o amplo desenvolvimento tecnológico que contribuiu decisivamente para uma nova lógica produtiva e comercial. Tais mudanças influenciaram diretamente as organizações sindicais e demais associações trabalhistas, visto que os trabalhadores cada vez mais ficaram subordinados a lógica neoliberal.

A desestruturação da classe trabalhadora e sua perda gradativa de poder reivindicatório acarretaram na supremacia do capitalismo destrutivo; assim, os trabalhadores ficam constantemente subordinados a lógica do capitalismo pós-muro de Berlim, isso significa que aos trabalhadores restam apenas às condições precarizadas para que os mesmos vendam sua mão-de-obra e permaneçam em uma constante crise, portanto, compreender as mudanças dos setores produtivos e suas múltiplas relações é peça fundamental, neste caso, entender as mudanças do setor metalúrgico a partir da empresa transnacional ThyssenKrupp é fundamental para que consigamos revelar as especificidades deste setor imbricado na economia mundial e as conseqüências disto para as regiões que comportam empresas metalúrgicas do conglomerado industrial transnacional ThyssenKrupp.

Para compreendermos essas mudanças econômicas e políticas no modo de produção capitalista é fundamental avaliarmos as reestruturações produtivas que levaram o espaço a um novo reordenamento e, portanto, ocorreram mudanças significativas nos papéis dos Estados enquanto territórios para a ampliação e desenvolvimento das empresas capitalistas.

Neste sentido, a partir de Baumgarten (2006) entendemos que as reestruturações produtivas e industriais são processos de transformações institucionais e também organizacionais nas relações de produção, trabalho, consumo, venda e desenvolvimento

tecnológico, conseqüentemente, essas mudanças acarretaram (e acarretam) redefinições dos papéis dos Estados quanto a organização dos seus próprios territórios seja pelos desenvolvimentos tecnológicos, pelo reordenamento espacial produtivo, pelas instituições financeiras nacionais e internacionais e até mesmo pela capacidade organizativa, representativa e reivindicatória da classe trabalhadora.

Essas mudanças sempre fizeram com que a classe trabalhadora sempre procurasse sobreviver mesmo diante das muitas intempéries; assim, Thompson (1986) conceituou essa capacidade regenerativa de auto-fazer-se, ou seja, a experiência de classe, já que a classe trabalhadora tem experiências de vida diferentes da classe burguesa, isso confere aos trabalhadores uma identidade própria, que majoritariamente é retirada dos mesmos por meio das ideologias dominantes. Para Thompson (1981) o sistema capitalista é contraditório, aliás, essas contradições possibilitam a luta de classes, uma vez que segundo o autor (p. 190): “[...] toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores [...]”.

O neoliberalismo, a globalização e o desenvolvimento técnico e tecnológico proporcionaram transformações significativas nas esferas objetivas e subjetivas dos trabalhadores, deste modo, os trabalhadores foram seduzidos e a luta de classe ficou reduzida, muitas vezes, a manifestações populares rápidas e com poucos adeptos, muito ao contrário dos movimentos grevistas nos anos 1980 no Brasil.

Ao ancorarmos teoricamente em Thompson (1981) entendemos que essas mudanças de lutas passaram a ser meramente reivindicatórias por substituição de valores, ou seja, na década de 1980 os trabalhadores “se enxergavam” como parte da classe trabalhadora, agora os mesmos temem, primeiramente, pela suas sobrevivências, já que a crise dos trabalhadores é constante e é iminente o desemprego. Outra parte da classe trabalhadora acredita que os antagonismos da classe foram superados e que as melhorias para a classe trabalhadora foram significativos, esse modo de pensar fez (e faz) com que os trabalhadores desconsiderem suas condições operárias, pois são vitimizados pela ideologia, isso confirma os escritos de Marx e Engels (1998) no Manifesto Comunista.

Diante do exposto, é imprescindível uma perquirição que possibilite compreender as reestruturações da produção e suas conseqüências no território brasileiro, ao mesmo tempo em que tem os trabalhadores como elementos principais destas análises, já que a verificação das condições de trabalho, da remuneração, das condições sindicais e também o temor em perderem os empregos são pontos chaves para evidenciar concretamente as transformações no modo de produção capitalista e suas conseqüências diretas para a classe trabalhadora.

A expansão do modo de produção capitalista, a constante reestruturação produtiva e os reordenamentos territoriais já haviam sido definidos por Marx e Engels a mais de 160 anos passados (1998, p. 147):

A necessidade de um mercado constante em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Por meio de sua exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.

A expansão capitalista pós-muro de Berlim ocorreu via reestruturação produtiva, política e econômica; assim, as políticas neoliberais implementadas tiveram maior eficiência a partir da mudança produtiva nas fábricas, ou seja, a prevalência do toyotismo que flexibilizou as relações de produção ao mesmo tempo em que subtraiu dos trabalhadores o sentimento de pertencimento a uma classe que é, historicamente, explorada. Soma-se ao toyotismo as posturas neoliberais e o fim do bloco soviético, tal cenário garantiu que a idéia de globalização fosse compreendida como planificação das relações de produção, das relações trabalhistas e da divisão internacional do trabalho. Essas mudanças afetaram diretamente a classe trabalhadora, houve o enfraquecimento dos sindicatos, o enfraquecimento das lutas trabalhistas e o fortalecimento do discurso da igualdade mundial, global.

O discurso da globalização indica caminho único: o mercado, isto é, tudo é para o mercado e em nome desse as empresas podem fazer absolutamente tudo que promova à constante e o aumento da taxa de lucro (CHESNAIS, 2006; TEIXEIRA, 2002).

Assim, segundo Teixeira (2002) o discurso da globalização é universalizante:

Este não pretende mais transformar o mundo. Seu interesse é ensinar as pessoas a se adaptar ao existente e aceitar seus valores e representações como evidências inquestionáveis de um mundo que não tem mais futuro. Trata-se, portanto, de um pensamento pragmático, que se agarra à faticidade do mundo existente, para elevá-la à condição única de toda e qualquer práxis humana (TEIXEIRA, 2002, p. 69).

Esse discurso ideológico da globalização o qual prega a universalidade, a igualdade e o fim dos territórios nacionais em nome de algo maior (o lucro concentrado das grandes empresas, camuflado em universalidade quanto à oportunidade de “vencer”), também disseminou o discurso do fim da História, como se após o fim do bloco soviético não houvesse mais nada novo, como se o capitalismo erigisse uma nova civilização.

Segundo Anderson (1992) esse discurso do fim da História tinha como objetivo máximo apaziguar os ânimos nacionais e forçosamente instaurar uma nova lógica das relações produtivas, trabalhistas, econômicas e políticas. Uma lógica econômica e política comprometida com as grandes empresas e que garantissem a soberania das mesmas sobre os Estados Nacionais, logo as políticas neoliberais e as mudanças na produção capitalista com a ascensão do toyotismo construíram uma nova lógica mundial que influenciou ideologicamente, de forma direta, a classe trabalhadora ocidental.

Ainda segundo Anderson (1992) o discurso do fim da História atrelado e reforçado pelo discurso da globalização foi (e ainda é) compreendido como fim da opressão, isto é, o ato de consumo é o máximo da liberdade no mundo ocidental capitalista. E o ato de consumir por si garante a democracia, pelo menos são essas as afirmações quanto à globalização através do discurso neoliberal e burguês dominante.

O discurso globalizante e neoliberal ludibria a classe trabalhadora ao fazê-los acreditarem na liberdade como sinônima de consumo.

Por outro lado, mesmo uma economia capitalista bem-sucedida não garante necessariamente a democracia política. O caminho para a liberdade difere do da produtividade. (ANDERSON, 1992, p. 95).

A classe trabalhadora ficou ainda mais refém da produção capitalista, uma vez que o emprego dos trabalhadores é atrelado a taxa de lucro, caso essa seja subtraída, as empresas demitem. Tal como a própria ThyssenKrupp, conforme Favaro (2009) noticiou no jornal o Estado de S. Paulo, que demitiu 264 pessoas em 2009, alegando prejuízos com a crise econômica.

MATERIAL E MÉTODOS

Na presente pesquisa objetivamos compreender, identificar e explicar os impactos dessas transformações econômicas, políticas e tecnológicas para a classe trabalhadora, principalmente do Estado de Minas Gerais, já que são poucos os estudos realizados para compreender os resultados dessas mudanças para a classe trabalhadora, seja pela via material e pela subjetividade.

Deste modo, a importância da pesquisa está na capacidade em compreender as transformações econômicas e políticas por meio dos trabalhadores, uma vez que a relação da classe trabalhadora com a economia é homogeneizada, desta maneira, ignoram os embates das

classes e os sujeitos enquanto trabalhadores que internalizam suas condições materiais, sociais, políticas e econômicas.

Assim, entendemos que os trabalhadores têm suas próprias vivências, logo os mesmos interpretam os seus *modus vivendi* ao mesmo tempo em que se explicam e também explicam aos demais suas próprias experiências por meio das memórias oralizadas com as quais transmitem seus sentimentos, suas expectativas e seus valores.

Neste sentido, partimos das análises necessárias da empresa transnacional ThyssenKrupp nas cidades mineiras de Santa Luzia e Ibirité. Buscamos entender a estruturação desta empresa nestas duas cidades e seu papel reestruturador no cenário econômico nacional, pois a ThyssenKrupp exerce poderes econômicos que são articulados em múltiplas escalas, ou seja, desde a escala local até a global a empresa exercer papel de líder no setor produtivo metalúrgico.

O presente trabalho parte das análises econômicas, políticas e sociais vinculadas a empresa transnacional ThyssenKrupp do setor produtivo metalúrgico nas cidades mineiras de Santa Luzia e Ibirité. Buscamos entender a estruturação desta empresa nestas duas cidades e seu papel reestruturador no cenário econômico nacional, pois a ThyssenKrupp exerce poderes econômicos que são articulados em múltiplas escalas, ou seja, desde a escala local até a global a empresa exercer papel de líder no setor produtivo metalúrgico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com próprio caderno de divulgação da empresa, a ThyssenKrupp teve suas atividades iniciadas no Brasil em Campo Limpo Paulista, interior de São Paulo, em 1959; já em Minas Gerais no município de Santa Luzia as atividades foram iniciadas em 1983 e, posteriormente, no município de Ibirité ocorreu as primeiras atividades produtivas no ano de 1998.

Desde a fundação da ThyssenKrupp em Santa Luzia e Ibirité ocorreram muitas transformações produtivas, comerciais, econômicas e tecnológicas, deste modo, influenciaram diretamente na reorganização espacial reordenando o território, as relações produtivas e as relações trabalhistas.

Os trabalhadores objetivamente, na sua condição de classe e de crise permanente, tiveram significativas mudanças, dentre as quais: temor pela demissão (já que nas crises os trabalhadores são os primeiros a serem atingidos); precarização das condições trabalhistas;

diminuição gradativa dos rendimentos (justificada pelas empresas pela queda na taxa de lucro); subtração da representatividade sindical frente à própria classe trabalhadora.

Quanto à subjetividade dos trabalhadores diante de tais transformações os mesmos foram vitimizados pelo temor, pela desconfiança, pela falta de esperança, uma vez que os mesmos são reféns desta estrutura econômica, política e tecnológica, que Santos (2001) chamou de globalização perversa. Esses fatores subjetivos influenciaram (e influenciam) decisivamente no cotidiano da classe trabalhadora, pois interferem até mesmo nas iniciativas para organização dos trabalhadores por meio de sindicatos (FIORAVANTE, 2008); assim, é fundamental compreendermos as relações objetivas e subjetivas que interferem no cotidiano dos trabalhadores.

É fundamental destacar os desdobramentos e os impactos da Thyssenkrupp instalada em Ibirité, pois, essa unidade fabril revela de forma macro as relações entre a estrutura capitalista global e exploração local. Partimos das mudanças que ocorreram nas últimas décadas (1980-2010), para compreendermos as transformações na materialidade e na imaterialidade.

As transformações materiais ocorreram na reorganização urbana e na logística comercial, deste modo, os trabalhadores foram os primeiros a serem impactados com tais mudanças. Em um primeiro momento, a empresa se mostra como “salvadora” e atrai a simpatia de grande parte da população e dos trabalhadores, todavia, são nos momentos de crise que o capitalismo mostra suas reais intenções, isto é, sensivelmente ocorrem mudanças na forma de remuneração dos trabalhadores seja pela subtração dos salários ou mesmo pela exploração no aumento da jornada de trabalho com remuneração inferior à legalidade.

As transformações imateriais foram significativas, já que, partiram da articulação de escalas, isto é, as transformações econômicas, políticas, tecnológicas e sociais pós-muro de Berlim atingiram todo o mundo Ocidental capitalista e transformou o mundo Oriental de forma que até mesmo a fechada China tornou-se capitalista em pleno regime socialista.

Ideologicamente as construções imateriais criaram um novo ser humano ocidental, repleto de valores ligados ao neoliberalismo e ao individualismo capitalista. Esse novo ser humano foi transformado para não questionar o mundo capitalista neoliberal, já que, houve mudanças no papel do Estado e até mesmo dos sindicatos (ambos perderam espaço e poder).

Desde a década de 1970, com o acordo internacional entre os países desenvolvidos capitalistas e a união destes países tendo como objetivo comum o enfraquecimento do socialismo no mundo, o sistema capitalista foi reforçado pelas políticas estatais de desenvolvimento, no caso dos países de primeiro mundo o Estado incentivou suas

multinacionais a se instalarem industrialmente e comercializarem seus produtos com os países subdesenvolvidos.

A política estatal dos países subdesenvolvidos era dependente dos ditames dos países desenvolvidos a partir das empresas multinacionais. A organização territorial destes países subdesenvolvidos, como o Brasil, era (ainda é) interligada às necessidades de lucros das empresas multinacionais. Todo o território passa a ser considerado como palco de atuação e organização das multinacionais, os países periféricos assistem os seus territórios se tornarem simples peças de manobra dos interesses das empresas e dos países ricos.

Para que os países periféricos tivessem o mínimo de desenvolvimento eles dependiam da vontade e dos investimentos internacionais, os chamados ID (Investimentos Diretos). Tais investimentos eram e são acoplados aos interesses e às possibilidades de lucro fácil, deste modo, qualquer investimento somente é realizado quando existe margem considerável de lucro.

Com o intuito de confirmar os investimentos e os lucros, as multinacionais atrelaram suas políticas administrativas e contábeis à planos maiores que subordinavam imensas regiões dos territórios do terceiro mundo aos seus projetos, pois, financiavam inúmeros governos e os obrigavam à cederem as suas vontades. Como exemplo, o Brasil desde o fim do primeiro período do governo Vargas, uma vez que, a partir deste momento o Brasil optou por vincular seus investimentos nacionais ao capital internacional.

Historicamente os dois mandatos de Getúlio Vargas, em 1930 e em 1950, foram marcados por, dentre outras coisas, políticas trabalhistas, com as quais objetivavam tecer iniciativas materiais e imateriais que fortalecessem a construção da figura de Getúlio como “protetor dos trabalhadores”. Vargas também promoveu mudanças na área educativa, além de ter um governo marcado por falta de clareza ao incentivar o setor industrial e manter-se equilibrado entre interesses agrários e pressão externa. Contudo, com seu projeto nacionalista (e cunho ditatorial), Vargas incentivou a industrialização e criou prazos para empresas estrangeiras nacionalizarem-se. Sua política externa tem forte relação com o período que abrange a Segunda Guerra Mundial, visto que, entre 1930 e 1945 o Brasil interagiu com as grandes potências mundiais como Alemanha e Estados Unidos (FAUSTO, 2002).

Não diferente de Getúlio (quanto ao projeto de modernização nacional atrelada ao desenvolvimento industrial) em 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente da República e os anos em que se seguiram de seu governo foram estáveis politicamente. Foi ainda, um período marcado por crescimento econômico, pela tão sonhada construção de Brasília e pela famosa propaganda dos “cinquenta anos em cinco”. Em seu Programa de Metas, Juscelino

direcionou esforços para seis grupos de prioridades: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília (FAUSTO, 2002).

Seu governo investiu em infra-estrutura e na industrialização do país, atraindo capital estrangeiro com as diversas facilidades oferecidas. Aos poucos, o desenvolvimentismo deu lugar ao nacionalismo marcante no governo de Vargas. A indústria automobilística foi uma das que mais cresceu durante o governo JK, vale ressaltar que, o sindicalismo teve grande dificuldade de interagir com estas indústrias. O governo JK foi responsável também por aumentar bruscamente os gastos governamentais, além disso, houve um aumento da inflação que atingiu seu nível mais alto em 1959, com variação de 39,5% (FAUSTO, 2002).

Talvez se possa dizer que a criação da indústria automobilística e a construção de Brasília transformaram-se nos símbolos do Governo Kubitschek e, ao mesmo tempo, do “novo Brasil”. Transformaram-se na prova concreta de que o governo estava, realmente, realizando as tarefas de “cinquenta anos em cinco”, como dizia uma dos lemas da administração federal. De fato, o Governo Kubitschek teve condições e capacidade para capitalizar politicamente o debate e as realizações do Programa de Metas. Ao tratar os brasileiros, em seus discursos, como “soldados do desenvolvimento” e focalizar a industrialização acelerada como “imperiosa necessidade” e “verdadeira condição de vida”, Kubitschek estava exprimindo e conduzindo a reformulação da autoconcepção de extensos segmentos das classes sociais urbanas. Em certa medida, estava se reelaborando a consciência sobre a situação e as possibilidades da sociedade brasileira (IANNI, 1977, p. 155-156)

Essa elaboração da consciência nacional foi na verdade a reformulação e reconstrução da classe trabalhadora, o modo de vida e as expectativas de suas vidas enquanto sujeitos que passaram por essas transformações ideológicas.

O discurso de JK ecoou nas décadas precedentes, já que, o pensamento desenvolvimentista teve roupagens diferentes, porém, a essência do discurso foi sempre a mesma. Aos trabalhadores restou-lhes apenas a opressão e a obrigação de se tornarem novos homens a partir da transformação dos valores e objetivos da classe trabalhadora.

Após o governo JK somado à herança da breve gestão de Jânio Quadros (1960-1961) e a tumultuada posse de João Goulart (o retorno de um governo populista), o cenário configurou-se da seguinte maneira: as medidas nacionalistas e a intervenção do Estado na economia, altos índices de inflação ainda remanescentes do governo JK, radicalização crescente, conspiração militar contra seu governo; o Golpe de 1964 trouxe ao poder os comandantes militares (FAUSTO, 2002).

Vale ressaltar que, segundo Martins (1984), o Golpe de 1964, articulado pelos militares e também pelos grandes empresários, teve dentre outras finalidades, impedir o

crescimento das lutas sociais no campo (e em outras localidades) e o fortalecimento político destes trabalhadores.

Ainda segundo Martins (1984), com o favorecimento da política fundiária em favor das empresas capitalistas, houve um crescimento da luta dos trabalhadores pela terra o que, conseqüentemente, aumentou os conflitos e a repressão em torno da questão agrária (cenário este que se repetiu também com demais trabalhadores).

Com o golpe militar de 1964 o Brasil fez opção pelas ligações econômicas e tecnológicas internacionais, apesar de aparentemente gozar de relativo nacionalismo. Em 1966, por votação indireta, foi eleito Alencar Castello Branco, novo presidente que visava “reformular o sistema econômico capitalista”, para combater o comunismo. Em seu governo foi lançado o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), que buscou “reduzir o déficit do setor público, contrair crédito privado e comprimir os salários”. A Constituição de 1967 também foi responsabilidade do governo de Castello Branco (FAUSTO, 2002).

Os três governos dos anos 1964-70 adotaram diretrizes econômicas que podem ser consideradas do mesmo gênero. Quanto aos seus objetivos, as políticas econômicas dos governos Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici orientaram-se na mesma direção. Dentre os seus principais alvos e realizações, destacaram-se os seguintes: reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores da produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar os limites do “mar territorial”; defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear; modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de “integração nacional”; etc. Nesses anos (1964-70) o poder público foi levado a interferir praticamente em todos os setores do sistema econômico nacional. Isto significa que o governo reelaborou as condições de funcionamento dos mercados de capital e força de trabalho, como “fatores” básicos do processo econômico. (IANNI, 1977, p. 225-226)

Foi lançada ainda, uma campanha de exportação de vendas de produtos agrícolas e também de manufaturados. Assim, o governo de Castello Branco esteve alinhado com as políticas norte-americanas (FAUSTO, 2002).

Em 1967, o general Artur da Costa e Silva tomou posse, mas foi substituído dois anos depois em 1969, pois sofreu um derrame. Apesar do tumulto na política, o Brasil vivia um bom período econômico visto que a economia cresceu e a inflação diminuiu (FAUSTO, 2002). Para efeito ilustrativo e para posteriormente compreendermos as transformações da

economia e da produção nacional, lembramos que neste ano foi fundada a empresa Thyssenkrupp no Brasil.

Em 1969, Médici substituiu Costa e Silva e, até 1973 o Brasil viveu o chamado período do “milagre”, com grande expansão do comércio exterior, em contraposição, os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos. Além disso, indicadores como saúde, educação, habitação, estavam baixíssimos (FAUSTO, 2002).

Aparentemente, os governos militares cunharam expressões e práticas nacionalistas, todavia, esse pseudo-nacionalismo era na verdade aliança muito bem costurada com o capital internacional, instalado no Brasil com maior vigor e presença a partir do governo JK. Todas essas transformações afetaram diretamente a classe trabalhadora, pois, as mudanças não foram apenas financeiras ou de organização trabalhista, visto que, o aparato tecnológico e o novo modo de produzir atingiu o cotidiano dos trabalhadores.

Este cenário, ideologicamente construído, transmitiu aos trabalhadores a sensação de segurança permanente, uma vez que, o desenvolvimento do Estado brasileiro aparentava uma evolução que nunca retrocederia, porém, os altos juros dos empréstimos internacionais levaram o país à falência na década subsequente.

Em 1973, Ernesto Geisel sucedeu Médici, com um governo que iniciou a abertura política desejando uma “democracia conservadora”, por sofrer pressões dos militares e também da oposição (FAUSTO, 2002).

Vale ressaltar aqui que, 1973 em âmbito mundial, foi um ano marcado por ser a primeira grande recessão do pós-guerra (1945), segundo Harvey (1992):

Aceito amplamente a visão de que o longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano. O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza (HARVEY, 1992, p. 119).

Ainda segundo Harvey (1992), esta profunda recessão de 1973 foi exacerbada pelo choque do petróleo, colocou em movimento um conjunto de processos que solaparam com o fordismo, fazendo das décadas de 1970 e 1980 um conturbado período de reestruturação econômica e de reajuste social e político.

Falando novamente em termos de Brasil, a partir do governo Médici os trabalhadores sentiram as transformações na construção de seu cotidiano, pois, num primeiro momento

houve euforia pela ascensão econômica da classe trabalhadora, porém, no final do governo o cenário era de caos.

O general João Batista Figueiredo assumiu em 1979 e seu governo apesar de ampliar a abertura política, aprofundou a crise econômica. Entre 1981 e 1983, o Brasil passou por um período de recessão, tendo que recorrer ao FMI. Quando Figueiredo deixou o governo em 1985, o país havia se recuperado um pouco e voltava a crescer (FAUSTO, 2002).

Com todo o movimento pelas “Diretas Já”, em 1985 Tancredo Neves tomaria posse, mas faleceu antes de fazê-lo. Então, José Sarney, vice-presidente, assumiu o governo em uma época de relativo crescimento do Brasil e, em seu mandato, substituiu o cruzeiro (moeda corrente) pelo cruzado, ganhando prestígio por lutar contra a inflação, porém, o Plano Cruzado fracassou. De acordo com a Constituição de 1988, no ano seguinte seriam realizadas eleições diretas para Presidente da República e, Fernando Collor de Mello foi eleito em 1989 com 36 milhões de votos (FAUSTO, 2002).

No curso dos anos 1950-1980 o Brasil se tornou um país semi-industrializado, com o produto industrial mais elevado de todos os países do chamado Terceiro Mundo. Cresceu também consideravelmente o grau de autonomia da indústria. Segundo dados de 1985, quatro quintos das necessidades de bens de capital (máquinas e equipamentos) eram atendidos localmente, sem ter-se de recorrer às importações. A partir de 1981 definiu-se uma fase fortemente recessiva, que se vem prolongando tendencialmente no correr dos anos, apesar de um período de recuperação entre 1984 e 1987. (FAUSTO, 2002, p. 299)

Neste momento histórico, com a chegada de José Sarney ao poder a elite conservadora nacional também chega, o Brasil ainda era um país protecionista e suas relações comerciais eram de dependência tecnológica e exportação de produtos primários. As empresas estrangeiras que se fixaram no Brasil foram, sobretudo durante o governo JK, no governo Sarney, essas empresas tiveram dificuldades em manipularem suas produções, pois, a quantidade de impostos impediu por muito tempo a renovação tecnológica dessas empresas, ao mesmo tempo em que elas também não se incomodavam com isso, pois, o protecionismo obrigava os brasileiros a comprar produtos inferiores, a concorrência era praticamente nula. Também frisamos o governo militar que apesar de compartilhar de instrumentos protecionistas favoreceu as empresas dos países aliados como a Europa Ocidental e os Estados Unidos.

No início governo Collor, a inflação chegava a 80% e o presidente congelou os preços, bloqueou os depósitos bancários por dezoito meses, cortou as despesas públicas e elevou impostos. O Plano Collor, marcado pelo bloqueio da liquidez dos haveres financeiros foi uma

das intervenções mais drásticas na economia já realizada por um governo. Segundo Carvalho (2005), a expressão bloqueio da liquidez é a mais precisa para designar estas iniciativas, pois enfatiza o traço específico que as distingue de outras: a suspensão (parcial ou total, temporária ou definitiva) do direito ao exercício da liquidez de ativos financeiros. Ainda para Carvalho (2005):

O bloqueio da liquidez dos ativos financeiros na posse do presidente Fernando Collor de Mello, em março de 1990, representou um desdobramento do amplo debate sobre as dificuldades e os impasses das políticas de estabilização dos anos anteriores, às voltas com a persistência da inflação elevada, no quadro de fortes restrições externas e de fragilidade fiscal e financeira do setor público, típico da década de 1980 na América Latina. O plano tinha fortes raízes na reflexão brasileira e na experiência de política econômica da época. A forma de bloqueio da liquidez é semelhante a medidas adotadas em dezenas de eventos anteriores no século XX, em diferentes regiões. As formas comuns, porém, resultam de objetivos muito diversos e enfrentavam problemas igualmente díspares. Assim, as raízes e motivações do Plano Collor devem ser buscadas nas circunstâncias e nas discussões brasileiras de então (CARVALHO, 2005, p.36).

Porém, o Plano Collor fracassou e a inflação retornou poucos meses depois. E, em 1992, acusado de corrupção, e a população exigiu *impeachment* e Collor renunciou em dezembro deste mesmo ano (FAUSTO, 2002).

Ao assumir em 1993, o vice Itamar Franco teve de enfrentar o retorno da inflação. O então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, tomou medidas preparatórias para outro plano de estabilização econômica, lançando assim, em 1994, o Plano Real, e posteriormente se elegeu Presidente da República, tomando posse em 1995. De fato, este plano fez cair a inflação e aumentar o poder de compra da população brasileira (FAUSTO, 2002).

Seu governo, contudo, foi responsável por privatizar grandes empresas brasileiras tais como Embraer, Telebrás e Vale do Rio Doce. Foi um governo também marcado por denúncias de corrupção e desvalorização do Real em seu segundo mandato (1999-2002), levando o Brasil a uma crise financeira inigualável. Fernando Henrique Cardoso foi responsável pela criação de alguns programas sociais, como a “Bolsa Escola”, “Bolsa Alimentação” e “Vale Gás”.

Em sucessão à FHC, foi eleito e, posteriormente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que em seus dois mandatos (2003-2010), colocou o país no rumo do desenvolvimento econômico o que manteve sua popularidade apesar dos escândalos de corrupção no governo. Um dos projetos mais bem vistos de seu governo foi o “Fome Zero” e, o chamado

assistencialismo foi defendido pelo presidente, visto que, a renda estava extremamente concentrada. Lula, porém, deu continuidade a algumas políticas traçadas por FHC.

De maneira geral, o governo Lula iniciou-se dando foco a três objetivos básicos: neutralizar as armadilhas herdadas da era FHC; abrir caminho para as mudanças prometidas; armar o campo político para sustentar as políticas de distribuição de renda, redução drástica da miséria e da pobreza e crescimento econômico continuado (CARVALHO, 2003).

As expectativas em torno do governo Lula fundamentam-se segundo Carvalho (2003) no fato de este ser o verdadeiro governo neoliberal de nosso país, aquele que fará afinal as "reformas" que o grande capital e os tucanos não conseguiram complementar, em grande parte devido à oposição ferrenha do próprio PT e do amplo movimento social que resistiu ao plano conservador-modernizador da elite nacional do país nos últimos anos. Contudo, sabe-se que algumas destas reformas não foram realizadas tais como: a reforma tributária, trabalhista e previdenciária.

Desta maneira, considerando a abertura econômica dos últimos governos, aliada ao desenvolvimento tecnológico que chegou ao nosso país também como fruto desta abertura, além dos investimentos que vem sendo feitos em tecnologia nacional e, conseqüentemente na indústria brasileira, faz-se necessário considerar como empresas do porte da ThyssenKrupp Bilstein Brasil, vem influenciando e modificando a economia do Brasil e, junto com estas modificações, alterando ainda as relações trabalhistas, as condições de trabalho e o próprio cotidiano dos trabalhadores.

Este artigo possibilitou visualizar, compreender e analisar como se dão relações sociais, relações produtivas e de trabalho. Além disso, pesquisar as transformações que ocorrem no sistema capitalista, a partir do estudo das memórias dos trabalhadores, permite compreender inteiramente os processos de mudança provocados por este sistema capitalista ao longo dos anos.

Com a pesquisa e seu desdobramento, foi possível abordar temas extremamente importantes para levar ao entendimento das transformações políticas, sociais, econômicas, e tecnológicas que ocorreram nas últimas décadas em âmbito local, regional e global, complementando a abordagem destes temas com as memórias dos trabalhadores que também estão envolvidos nestes processos de transformação.

Vale ressaltar que a visão dos trabalhadores só tem a contribuir com a compreensão das transformações para além do trabalho e como estas interferem diretamente no sentimento de pertencimento a classe. Analisando as dinâmicas da vida cotidiana e suas experiências próprias da classe trabalhadora é possível observar sua compreensão de mundo a partir de

suas próprias condições sociais, materiais e culturais. Além de facilitar a compreensão dos impactos da instalação de uma empresa do porte da ThyssenKrupp nas regiões estudadas, fornecendo subsídios teóricos para pensarmos a influencia das mudanças no mundo ocidental capitalista em escala local e regional.

Pôde-se compreender as mudanças econômicas e políticas no modo de produção capitalista, avaliando as reestruturações produtivas que levaram o espaço a um novo reordenamento. Afinal, as mudanças econômicas, políticas e tecnológicas que ocorreram nas últimas décadas resultaram em alterações significativas no modo de produção e de organização do próprio capitalismo.

Tais alterações desestruturaram a classe trabalhadora e a fizeram perder gradativamente seu poder de reivindicação, deixando os mesmos constantemente subordinados à lógica do capitalismo o que afeta diretamente a classe dos trabalhadores, enfraquecendo os sindicatos, as lutas trabalhistas e fortalecendo o discurso utópico da igualdade global proporcionada pelo capitalismo.

Pode-se concluir que a relevância da pesquisa e deste artigo, está na capacidade em compreender as transformações econômicas e políticas por meio dos trabalhadores, uma vez que a relação da classe trabalhadora com a economia é homogeneizada, desta maneira, ignoram os embates das classes e os sujeitos enquanto trabalhadores que internalizam suas condições materiais, sociais, políticas e econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou visualizar, compreender e analisar como se entrecruzam as relações sociais, relações produtivas e trabalho. Além disso, pesquisar as transformações que ocorrem no sistema capitalista, a partir do estudo das memórias dos trabalhadores.

A partir dos trabalhadores conseguimos compreender as transformações para além do trabalho e como estas interferem diretamente no sentimento de pertencimento a classe. Analisando as dinâmicas da vida cotidiana e suas experiências próprias da classe trabalhadora é possível observar sua compreensão de mundo a partir de suas próprias condições sociais, materiais e culturais. Além de facilitar a compreensão dos impactos da instalação de uma empresa do porte da ThyssenKrupp na região estudada, fornecendo subsídios teóricos para pensarmos a influencia das mudanças no mundo ocidental capitalista em escala local e regional.

Compreendermos também as mudanças econômicas e políticas no modo de produção capitalista, avaliando as reestruturações produtivas que levaram o espaço a um novo reordenamento. Afinal, as mudanças econômicas, políticas e tecnológicas que ocorreram nas últimas décadas resultaram em alterações significativas no modo de produção e de organização do próprio capitalismo e dos trabalhadores; assim, tais alterações desestruturaram (em parte) a classe trabalhadora e a fizeram perder gradativamente seu poder de reivindicação coletivo e de organização sindical, todavia, a resistência dos trabalhadores persiste cotidianamente, seja no trabalho ou fora dele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R; MORAIS, S. P. **“Nada Enraiza Num Lugar Só”, Memórias E Globalização: Um Estudo Sobre Os Trabalhadores Da Thyssenkrupp** (Campo Limpo Paulista – SP; Santa Luzia e Ibirité - MG). Uberlândia: NUPEHCIT, 2009. (Relatório Parcial).

ALMEIDA, P.R. **Os trabalhadores e a cidade: reflexões sobre o uso das fontes orais. Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea.** Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 81-96.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos.** 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. 484p.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **História Empresarial no Projeto Thyssenkrupp Bilstein 40 Anos.** [S.l.], 2010.

CARVALHO, E.C. **A Política Econômica no Início do Governo Lula: Imposição Irrecusável, Escolha Equivocada ou Opção Estratégica?.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

CARVALHO, E.C. **As origens e a gênese do Plano Collor.** Nova Economia, Belo Horizonte, n. 16, p. 101-134, jan./abr. 2006.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, E. **A crise do processo de acumulação mundial capitalista e a viabilidade de transformação do sistema econômico internacional.** In: *XIV Encontro Nacional de Economia Política - 2009.* São Paulo: Anais...2009, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/>>. Acessado em 20/02/2010.

CRESTANI, Leandro de Araújo. Da história oral nasce a memória coletiva. In: **Artigos Unimeo**, 2009. Disponível em: <http://www.unimeo.com.br/artigos>. Acessado em: 22/10/2009.

DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. **Revista Outubro**, São Paulo, n° 3, p.45-52, 2006.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 185-310.

GRUPO THYSSENKRUPP BILSTEIN BRASIL. **História da TK Bilstein**. Disponível em: <<http://www.tkbilstein.com.br/index.php?area=empresa>>. Acesso em: 23 set. 2010.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1977.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 16 set. 2010.

KHOURY, Y. A. **Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia**. *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 123-140.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1984. 134p.

MUSEU DA PESSOA. **Museu aberto**. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/oquee/oque_saibamais.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2010.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v. 5, n° 10, 1992.

PORTELLI, A. Terni em Greve: 2004. In: VARUSSA, R. J. **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 13-26.

_____. **A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tradução por: Ingeborg K. de Mendonça e Carlos Espejo Muriel. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, 1996, v° 1, n°2, p. 59- 72.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. **História**. Disponível em: <<http://www.ibirite.mg.gov.br/index.php/prefeitura>>. Acesso em: 16 set. 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Et al. **Século XX. Volume 01 – O tempo das certezas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Et al. **Século XX. Volume 02 – O tempo das crises – revoluções, facismos e Guerras**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Et al. **Século XX. Volume 03 – O tempo das dúvidas.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, Thiago. **Governo Fernando Henrique Cardoso.** Brasil Escola. Disponível em: < <http://www.brasilecola.com/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>>. Acesso em: 6 out. 2010.

SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não autorizada.** São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SANTHIAGO, Ricardo. **Da Fonte Oral à História Oral: debates sobre legitimidade.** João Pessoa: Saeculum Revista de História, jan / jun. 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo.** Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SIMÕES, P.M.L. OLIVEIRA, C.V.de. **A alteração do uso do solo no município de Ibitité e conseqüências associadas.** Belo Horizonte: Artigos Científicos, 2009.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 22.

THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO. **Thyssenkrupp no Brasil.** Disponível em: < <http://www.thyssenkrupp-steel-europe.com/csa/pt/brasilien/> >. Acesso em: 16 set. 2010.

UOL EDUCAÇÃO. Luiz Inácio Lula da Silva. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u73.jhtm> >. Acesso em: 6 out. 2010.

Entrevistas Utilizadas:

MONTENEGRO, S. A. B. **Título: Projeto Museu ThyssenKrupp 40 anos. Depoimento de Helmut Arlt.** Local: São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, L. **Título: Projeto Museu ThyssenKrupp 40 anos. Depoimento de Miguel Alonso Perdiz.** Local: São Paulo, 2007.